



Com isenção de impostos, *tablet* produzido no Brasil poderá sair até 31% mais barato do que hoje, caso Senado acate MP já aprovada pela Câmara na última terça-feira

## Senado analisará benefício fiscal a *tablet* fabricado no país

Medida provisória recém-aprovada na Câmara dos Deputados propõe alíquota zero nos tributos PIS e Cofins a empresas que fabricarem aparelhos no país; objetivo do governo federal é torná-los até 31% mais baratos

Os senadores apreciarão a medida provisória que incentiva a produção nacional de *tablets*, aparelhos eletrônicos que se situam entre os *laptops* e os

*smartphones*. A MP foi aprovada na semana passada pelos deputados federais. Confirmado o incentivo, deixarão de ser arrecadados R\$ 6 milhões ao ano em impostos. Amanhã, o

ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, falará à Comissão de Assuntos Econômicos sobre o plano federal de incentivo à inovação na indústria nacional. 3

### Economistas e juristas vão debater novo Código Florestal

Em audiências conjuntas da CCT, CRA, CMA e CCJ, serão ouvidos juristas, amanhã, e economistas, na quinta, a respeito do Código Florestal. 3

### Presidente da Representação no Parlasul será eleito amanhã 2

### O efeito da crise europeia na África é tema de audiência

A crise na zona do euro, com seus reflexos na economia global, especialmente no continente africano, será discutida hoje na CRE. 2



Cristovam Buarque e Pedro Simon receberam de estudantes pedido para continuarem lutando contra a corrupção



Mozarildo: problema da saúde não será resolvido com CPMF, mas combatendo-se desvio de recursos

### Protestos contra a corrupção dominaram a semana do Senado

As manifestações contra a corrupção realizadas em capitais no feriado de 7 de Setembro, e especialmente a marcha na Esplanada dos Ministérios, ecoaram na tribuna do Senado na semana passada. Na sexta-feira, o tema voltou a dominar os discursos dos senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. Simon e Cristovam também receberam a visita de professores e estudantes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que incentivaram o empenho contra a corrupção. 4

### Consultoria vê pouca margem para alterar o Orçamento 3

### Projetos de Ciro Nogueira atacam crimes cibernéticos

Além de aumentar segurança do consumidor na internet, senador propõe tornar crime a criação de identidade ou perfil falsos. 3



Número crescente de ataques cibernéticos preocupa Ciro Nogueira

Audiência pública faz parte de ciclo de debates que vem sendo realizado pela Comissão de Relações Exteriores por iniciativa do senador Fernando Collor

# Comissão discute hoje crise na Europa e seus efeitos na África

A CRISE NA zona do euro, com seus reflexos na economia global, especialmente no continente africano, será tema de debate hoje, às 18h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A audiência pública tem como painel "A União Europeia e o euro: crise na Grécia, situações na Irlanda, Portugal, Espanha e Itália e suas implicações em África".

O encontro faz parte do ciclo de debates intitulado Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012), que foi proposto pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL).

Nas audiências anteriores do ciclo, a comissão debateu a volatilidade nos preços de commodities e alimentos, negociações econômicas internacionais, blocos econômicos, sistema financeiro internacional e rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos.

Entre os convidados de hoje, José Manuel Gonçalves (Universidade Cândido Mendes), Frederico Gonzaga Junior (Universidade Federal de Minas Gerais), Isaias Coelho (Fundação Getúlio Vargas/SP) e Winston Fritsch (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)



Análise da situação de Portugal será destaque no debate marcado para as 18h

## Papel dos canais comunitários em debate

Os dez anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) são o tema do debate que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje. A ABCCOM, fundada em 21 de julho de 2001, representa os canais comunitários nas relações com o poder público. Hoje, há 70 canais desse tipo no país.

Para o debate, foram convidados nove especialistas – da ABCCOM, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), dos ministérios das Comunicações e da Cultura, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entre outras entidades.

## Representação no Parlasul elegerá presidente amanhã

Os dez senadores e 27 deputados da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) vão eleger amanhã o presidente da bancada nacional do colegiado. Concorrem os senadores Ana Amélia (PP-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR).

Pelo sistema de rodízio, a presidência ficará com um senador, e as duas vice-presidências serão distribuídas a um senador e um deputado. Caberá a um deputado integrar a Mesa do Parlasul como um dos três vice-presidentes. A indicação poderá acontecer na próxima reunião, e se candidatou o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já foi presidente do próprio Parlasul.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Homenagem a JK

14h Os senadores comemoram os 109 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, com a participação do Coral do Senado.

### CDR Copa de 2014

9h A comissão realiza o 2º Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa 2014 – Etapa Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

### CDH Canais comunitários

9h "Os dez anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários e a relação com os direitos humanos" é tema de debate.

### CRE Crise

18h O quinto painel sobre os rumos da política externa (2011-2012) vai tratar de temas como a crise na Europa e suas implicações na África.

## Terça-feira

### Plenário Amapá

14h Sessão em comemoração aos 68 anos da criação do território do Amapá.

### CCT/CRA/CMA/CCJ Código Florestal

8h30 Comissões de Ciência e Tecnologia, de Reforma Agrária, de Meio Ambiente e de Constituição e Justiça vão debater o projeto de novo Código Florestal.

### Emprego Produção de carvão

9h Subcomissão Permanente realiza debate sobre a inclusão do carvão nas matrizes energéticas e a situação dos trabalhadores.

### Amazônia Infraestrutura

9h O diretor-geral do Dnit, Jorge Pinto Fraxe, e o de Infraestrutura Aquaviária, Adão Proença, falam na Subcomissão Permanente da Amazônia.

### CAE Plano Brasil Maior

10h A Comissão de Assuntos Econômicos ouve o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, sobre o plano Brasil Maior.

### CE Estímulo ao estudo

11h Na pauta, projeto que permite dobrar desconto da contribuição patronal do imposto de renda se empregado doméstico estudar.

### CDR Reutilização de água

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional vota em turno suplementar projeto que estimula o armazenamento e a reutilização de águas.

### CMO Créditos para ministérios

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para votar projetos de créditos suplementares para ministérios.

## Mercosul Eleição do presidente

14h30 Integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul elegem novo presidente.

## Quarta-feira

### CCT Radiodifusão comunitária

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia examina projeto que disciplina o alcance do serviço de radiodifusão comunitária.

### CAS Presidente da Anvisa

9h A comissão vota, entre outros, projeto que trata da jornada de trabalho dos psicólogos. Depois, analisa recondução de Dirceu Barbano à direção da Anvisa.

### CE Intercâmbio

10h A Comissão de Educação discute programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos de culturas na comunidade dos países de língua portuguesa.

### CCJ Reforma política

10h Pauta inclui projeto que permite coligações apenas nas eleições majoritárias, além da ampliação das atribuições do Conselho Tutelar.

### CAS Revista *Em discussão!*

10h30 Lançamento da oitava edição da revista *Em discussão!*, sobre o tema "Dependência química – crack e outras drogas", coletânea de audiências públicas.

### CMMC Eleição de relator

14h Eleição do relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Às 14h30, audiência pública sobre a política de mudanças climáticas adotada pelo país.

### Copa Subcomissão se reúne

14h Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 planeja os trabalhos para o biênio 2011-2012.

### CMO Miriam Belchior

14h30 Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública para ouvir a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sobre proposta orçamentária para 2012.

### CPI do Ecad Requerimentos

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad se reúne para votação de requerimentos, entre os quais solicitação de audiência pública.

## Quinta-feira

### CCT/CRA/CMA Código Florestal

8h30 "Instrumentos econômicos para o Código Florestal" é tema de audiência pública das comissões de Ciência e Tecnologia, de Agricultura e de Meio Ambiente.

### CAS Pena por consumo de drogas

9h Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais sobre substituição de pena de detenção por consumo de drogas por tratamento especializado.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao) –  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a audiência pública da Comissão de Direitos

Humanos (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Pedro Simon

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciado

## Juristas e economistas debatem Código Florestal

A proposta de novo Código Florestal será debatida em duas audiências conjuntas. Amanhã, as comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Agricultura (CRA), Meio Ambiente (CMA) e Constituição e Justiça (CCJ), discutirão o tema com os juristas José Antonio Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Paulo Affonso Leme Machado, doutor *honoris causa* em Direito Ambiental

pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Nelson Jobim, ex-ministro do STF; Mário José Gisi, subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal; e Cristina Godoy de Araújo Freitas, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Na quinta-feira, o debate será com economistas.

## Rolleberg quer discutir melhor uso de áreas desmatadas

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), vai propor audiência para discutir formas de melhorar a produtividade da pecuária na Amazônia, liberando área para a expansão da agricultura sem novos desmatamentos.

O senador pretende ouvir representantes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Embrapa, responsáveis por estudo que mostra que a maior parte das áreas desmatadas na Amazônia está subutilizada: a produção agrícola ocupa menos de 5% do total dessas áreas, e, em 447 mil km<sup>2</sup> de

florestas transformados em pastagens, há poucas cabeças de gado. Rolleberg espera que a audiência seja conjunta com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Para o relator do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) na CMA, Jorge Viana (PT-AC), o mapeamento amplia a base técnica e científica à disposição dos senadores. – A decisão será política, mas precisamos olhar para a realidade singular do país e para a ciência. Estudos como esse nos ajudam a encontrar solução para muitos problemas – avalia.

### Classes de uso e cobertura da terra

Nas áreas desflorestadas na Amazônia até 2008, correspondentes a 719 mil km<sup>2</sup>, a maior parte é de pastagem, totalizando cerca de 447 mil km<sup>2</sup>, distribuídos em 335 mil de pasto limpo, 63 mil de pasto sujo, 48 mil de regeneração com pasto e 594 km<sup>2</sup> de pasto com solo exposto



Fonte: Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia (Embrapa / Inpe)

Aprovada na Câmara, medida provisória determina alíquota zero no PIS e na Cofins que incidem sobre aparelhos produzidos no país; governo quer incentivar produção e consumo



Tablets produzidos no país ficarão até 31% mais baratos segundo estimativa do governo

## Senado analisará incentivo fiscal a tablets nacionais

A MEDIDA PROVISÓRIA que reduz os tributos dos tablets produzidos no Brasil chegará ao Senado nos próximos dias. A MP 534/11, aprovada na terça-feira na Câmara, reduz a zero a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre os aparelhos.

O governo estima que essa medida – somada à anunciada redução do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação – deixará os tablets até 31% mais baratos, incentivando assim a produção nacional e o consumo.

Essas iniciativas fazem parte dos acordos firmados entre o

governo e empresas do setor. Uma delas é a chinesa Foxconn, que quer fabricar o iPad, da Apple, em Jundiá (SP).

Com a alíquota zero no PIS e na Cofins, o governo estima uma renúncia fiscal de R\$ 6 milhões ao ano.

A relatoria da MP ficará com Eduardo Braga (PMDB-AM). O parlamentar se disse satisfeito com o resultado na Câmara e afirmou que não quer fazer alterações no texto original.

Os tablets se situam em categoria intermediária entre os laptops e os smartphones. Eles são portáteis e não têm teclado.

O texto da Medida Provisória diz que a tela sensível ao toque precisa ter entre 140 cm<sup>2</sup> e 600 cm<sup>2</sup>. A restrição de área à tela

### Tablets

Máquina de processamento de dados portátil, com tela sensível ao toque superior a 140 cm<sup>2</sup> e inferior a 600 cm<sup>2</sup>, sem controle remoto, para evitar que a configuração das unidades possa ser confundida com televisores e monitores.



A redução do preço pode ser de até 31%

tem o objetivo de evitar que o benefício fiscal seja estendido aos celulares e aos televisores.

## Ministro da Ciência e Tecnologia fala sobre plano de incentivo à indústria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe amanhã, às 10h, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Ele falará sobre o plano Brasil Maior, que visa aumentar a competitividade da indústria nacional. A audiência foi solicitada por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Idealizado para o período 2011-2014, o plano Brasil Maior foi lançado em 2 de agosto e reúne ações de defesa do mercado interno e de incentivo à inovação tecnológica e à qualificação da mão de obra.

Entre outras metas, estão

a elevação do percentual de trabalhadores da indústria com nível médio de escolaridade, a diversificação das exportações e a diminuição do consumo de energia. O plano é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a participação dos ministérios da Ciência e Tecnologia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; e Casa Civil.

Já falaram na CAE sobre o plano Brasil Maior os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

## Consultores: Orçamento dá pouca margem para mudanças

Com 72,4% dos recursos destinados ao pagamento de despesas obrigatórias, o projeto de Orçamento em tramitação no Congresso tem “grande rigidez na alocação de recursos”, conforme avaliação das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara.

Mesmo o dinheiro para as emendas parlamentares, no total de R\$ 6,1 bilhões, dependerá da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 61/11) que renova a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2015. Por esse mecanismo,

20% da receita tributária da União é desvinculada, dando ao governo federal mais liberdade para gastar.

A definição do valor do salário mínimo agora já tem regra definida na Lei 12.382/11, e o mínimo vigente a partir de janeiro de 2012 será de R\$ 619,21, um reajuste de 13,6%.

Sobrou para o Congresso decidir, entre outras contas não previstas na proposta do Poder Executivo, a compensação aos estados pela desoneração de produtos para exportação (Lei Kandir).



Senador apresentou dois projetos contra os crimes cibernéticos

## Ciro Nogueira propõe segurança na internet

O crescente número de notícias sobre os chamados crimes cibernéticos levou o senador Ciro Nogueira (PP-PI) a apresentar dois projetos de lei na área de segurança na internet.

O PLS 101/11 tipifica como crime a criação de identidade ou perfil falsos na internet. A proposição altera o Código Penal e estabelece que quem for condenado por essa prática pode receber pena de 1 a 3 anos de reclusão – podendo ser agravada para 2 a 4 anos.

O PLS 271/11 protege o consumidor do vazamento de informações e prevê que as empresas sejam obrigadas a comunicar violação de seus sistemas ao usuário e ao órgão de defesa do consumidor. Também estabelece o ressarcimento de danos ao cidadão por parte dos responsáveis por bancos de dados.

# Manifestações contra corrupção marcam Plenário

As manifestações populares realizadas no 7 de Setembro em algumas capitais do país para protestar contra a corrupção foram, novamente, o tema principal dos discursos no Plenário do Senado, na sexta-feira.

O primeiro a tratar do assunto foi o senador Pedro Simon, que felicitou os

manifestantes e recomendou à presidente Dilma Rousseff firmeza no combate à corrupção.

Em seguida, Cristovam Buarque também elogiou a iniciativa da população, mas questionou o alcance dos protestos, observando que eles enfocam problemas imediatos, enquanto o Congresso Nacional é a instância

responsável por refletir e formular leis sobre temas de longo prazo.

Por sua vez, Mozarildo Cavalcanti disse que a corrupção é uma das principais causas da precariedade do sistema de saúde brasileiro e afirmou que não adianta destinar mais recursos ao setor sem combater o desvio.



Pedro Simon e Cristovam Buarque conversam com professores e alunos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro sobre os protestos da semana passada

## Estudantes apoiam luta de senadores por ética e ensino

Em visita ao Senado, alunos e professores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pediram que os senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon prossigam em sua luta contra a corrupção e a favor de mais investimentos para a educação.

Na conversa com os senadores, eles criticaram a prefeitura de Uberaba por ter adquirido apostilas de um colégio privado em detrimento dos livros didáticos necessários à rede municipal de ensino. Disseram que essa aquisição foi feita sem licitação, com prejuízo para a municipalidade, e que a denúncia já foi enviada ao Palácio do Planalto.

Estudantes e professores também falaram da greve de funcionários que, há 90 dias, paralisa aquela universidade, em razão dos baixos salários e das precárias condições de trabalho.

## Simon recomenda que Dilma lidere processo de combate à impunidade

Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou que a presidente da República, Dilma Rousseff, seja firme e conduza o processo que tomou conta das ruas contra a corrupção e a impunidade. Para reforçar o apelo, ressaltou que cerca de 3,5% do produto interno bruto (PIB) são desviados por práticas corruptas.

Para Simon, este é um momento diferente, uma vez que as pessoas estão indo às ruas por iniciativa própria, de forma apartidária, convocadas por meio de redes sociais, não por um líder.

A Marcha contra a Corrupção realizada no 7 de Setembro não teve por objetivo derrubar a presidente, mas manifestar contrariedade com a corrupção e a impunidade, observou o senador. Simon disse que não concorda com análises segundo as quais a manifestação seria um movimento de direita, mas registrou a ausência da União Nacional dos

Estudantes (UNE) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas manifestações.

– Esses jovens estão nas ruas, inclusive – e o PT não notou isso – com elogios à presidente Dilma, dando apoio à presidente Dilma, dizendo que o que querem é o fim da corrupção, é o fim da impunidade.

Simon elogiou o apoio dado à Marcha contra a Corrupção por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). E previu que a marcha marcada para o dia 20, no Rio de Janeiro, reunirá “uma imensidão de pessoas”.

As marchas, no entanto, não implicam mudanças diretas no modo como os gestores lidam com os recursos públicos. Por isso, Simon recomendou que Congresso e sociedade encontrem fórmulas concretas para evitar a corrupção e que a imprensa ajude nesse sentido.

## Cristovam Buarque questiona futuro dos movimentos de protesto populares

Ao analisar os protestos contra a corrupção realizados durante as comemorações do Dia da Independência, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a iniciativa da população e questionou a legitimidade da atuação dos políticos brasileiros – principal alvo das manifestações. Mas também questionou o futuro desses movimentos de protesto, defendendo a importância do Congresso na discussão de temas de longo prazo.

– Um movimento espontâneo como esse tem bandeiras imediatas, urgentes e necessárias. Mas para onde ele vai? Não vai. Ele faz, mas não vai, porque tem um limite – declarou Cristovam na sexta-feira.

Sem o Congresso, “por pior que ele seja”, e sem seus representantes, a população tende a discutir apenas temas mais imediatos. Sem essa instituição, na opinião do senador, desaparece a capacidade de reflexão, de análise e de formulação de

leis destinadas ao longo prazo – atividades que estão entre as principais funções do Congresso.

– E aí desaparece a capacidade de refletir, de analisar, de formular leis que olhem para o futuro. É preciso o filtro do Congresso para pensar o longo prazo.

A luta contra a corrupção é necessária, mas insuficiente, disse Cristovam, apontando a necessidade de combater formas de corrupção “invisíveis”, como o analfabetismo. O adulto que não sabe ler está sendo, de certa forma, roubado, afirmou.

Apesar dessas restrições, Cristovam comparou as manifestações de 7 de Setembro com as realizadas durante a campanha pelas Diretas Já, em 1984. Naquela época, ainda sob a ditadura, “qualquer político que participasse das manifestações pelas Diretas era tratado como herói, enquanto a população que fez os protestos agora não quer os políticos com ela”.

## “Uma nova CPMF só iria melhorar a saúde financeira dos corruptos”, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi à tribuna do Plenário na sexta-feira para criticar a possível criação de um tributo semelhante à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinado a financiar a saúde.

O senador lembrou que, no período de 1996 a 2007, época em que a CPMF estava em vigor, foram arrecadados R\$ 209 bilhões. No entanto, na visão dele, a saúde pública brasileira não melhorou e os trabalhadores assalariados foram os mais prejudicados.

– O problema é a corrupção.

Pôr mais dinheiro na saúde sem erradicar a corrupção é o mesmo que fazer transfusão

de sangue num paciente sem estancar a hemorragia. Com esta rouboalheira, não adianta.



Mozarildo cita exemplo da Funasa, que, para ele, tornou-se foco de corrupção

Uma nova CPMF só iria melhorar a saúde financeira dos corruptos – analisou.

Mozarildo sugeriu outras formas de financiar o setor sem cobrar mais tributo da população, como a destinação de parte do dinheiro arrecadado pelas loterias exploradas pelo governo, a taxa pesada de produtos como álcool e cigarro e a implementação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto pela Constituição.

Para ele, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) virou um foco de corrupção e deve ser extinta, caso nada seja feito

para contornar o problema.

– É preciso profissionalizar a instituição, que tem que ser um órgão técnico e não político. Até porque existem bons profissionais na fundação.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou e lembrou que problema semelhante ocorre na educação. Ele sugeriu também a tributação mais pesada de artigos supérfluos de alto luxo.

– Se chover dinheiro no quintal de uma escola, vai virar lama, porque o problema é saber administrar. Novo imposto, só se forem esgotadas todas as outras alternativas – opinou.